

A ECONOMIA DO SEMIÁRIDO DE PERNAMBUCO: AINDA “SEM PRODUÇÃO”?

João Policarpo R. Lima¹

Maria Fernanda Gatto²

Resumo: A economia da região semiárida do Nordeste é, há muito, entendida e considerada como uma região problemática, débil em termos de recursos naturais e humanos, além de estar sujeita à ocorrência de secas frequentes, que contribuem para desnudar o frágil equilíbrio existente em sua base econômica e social. Nesse contexto, seria de esperar dessa economia um comportamento diferenciado, ou seja, de menor dinamismo. Ocorre que os dados do período 2000-2010 mostram tanto o semiárido nordestino quanto, mais especificamente, o pernambucano exibindo taxas superiores de crescimento do PIB e do emprego formal em relação ao Nordeste como um todo e ao Brasil. Essa performance surpreendente do semiárido é pouco sabida, pouco estudada e ainda menos entendida. Embora esses aspectos sejam observados no semiárido do Nordeste como um todo, o foco deste trabalho é o semiárido de Pernambuco. Esse artigo, para dar conta dos seus objetivos, acima explicitados, tratará inicialmente de dar uma ideia da dinâmica econômica de Pernambuco nos anos mais recentes, vindo depois uma análise da dinâmica demográfica observada no semiárido pernambucano, seguida da apresentação das tendências econômicas em curso, com foco no semiárido, tendo por fim as considerações finais sumariando as principais transformações em andamento e os desafios a serem enfrentados nos próximos anos.

Palavras-chave: Semiárido de Pernambuco; Desenvolvimento Regional; Dinâmica Demográfica.

Classificação JEL:R11

Abstract: The economy of semi-arid region of the Brazilian Northeast has long been considered a problematic region, weak in terms of natural and human resources, besides being subject to frequent droughts, which contribute to bare the fragile balance existing in their economic and social base. In this context, one would expect a different behavior of this economy,

¹ Professor Titular do Departamento de Economia da UFPE e pesquisador do CNPq. E-mail: jprlima@ufpe.br

² Professora Adjunto do Departamento de Economia da UFPE. E-mail: mariagatto@gmail.com

ie, lesser dynamism. Surprisingly, data for the period 2000-2010 show the semi-arid Northeast and, more specifically, the case of the state of Pernambuco experiencing higher growth rates of both GDP and formal employment in comparison with the Northeast as a whole and Brazil. This surprising performance of the semi-arid is little known, little studied and even less understood. Although these aspects are observed in the semi-arid Northeast as a whole, the focus of this paper is the semi-arid region of Pernambuco. This article, initially, gives an idea of the economic dynamics of Pernambuco in recent years; analyses the population growth observed in the semi-arid region of Pernambuco; and presents the economic trends in course, focusing on the semi-arid region. Finally, the concluding remarks summarize the main changes underway and the challenges to be faced in the coming years.

Keywords: Pernambuco's Semi-arid; Regional Development; Population Dynamic.

JEL Code: R11

1. INTRODUÇÃO

A economia da região semiárida do Nordeste é, há muito, entendida e considerada como uma região caracterizada como problemática, débil em termos de recursos naturais e humanos, além de estar sujeita à ocorrência de secas frequentes, que contribuem para desnudar o frágil equilíbrio existente em sua base econômica e social. Não por acaso encontra-se no semiárido nordestino uma elevada concentração de pobreza, herança e reprodução de fatores históricos e culturais associados às assimetrias do desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Em função dessa maior fragilidade da base econômica, associada com uma relativamente elevada retenção populacional, desenvolveu-se no semiárido uma dependência mais significativa do setor público como gerador de emprego e de renda. Daí a região semiárida ter sido considerada por Maia Gomes, como uma “economia sem produção”, circunstância onde existe pouca renda e insignificante produção, onde os “agentes principais constitutivos dessa economia são os aposentados, os funcionários públicos e as prefeituras“ (GOMES,

2001, p. 149).³ Nesse contexto, o semiárido recebe recursos não produtivos, ou pouco produtivos, especialmente na forma de transferências de renda, tais como o salário de funcionários públicos, pagos com recursos do Fundo de Participação dos Municípios, as aposentadorias e, mais recentemente, os benefícios pagos pelo Programa Bolsa Família.

No que se refere ao salário dos funcionários públicos, ainda que considere uma parcela da renda correspondente à produção, entende Gomes que a maior parte do emprego público no semiárido é gerada pela esfera municipal, que tem, em geral, funcionalismo de baixa produtividade. Já a renda recebida pelos aposentados, componente da economia sem produção do semiárido, está associada, sobretudo, à expansão das aposentadorias a partir da Constituição de 1988, beneficiando trabalhadores informais sem exigir contrapartida de contribuição anterior. E o Programa Bolsa Família, sendo importante no fornecimento de segurança alimentar para famílias de baixa renda, não garante inserção no mercado de trabalho, portanto não contribui, ou contribui pouco, para alteração do contexto não produtivo no semiárido.

Essa renda, derivada de recursos não produtivos, sustenta padrões de consumo dos beneficiados, não contribuindo, segundo ainda o mesmo autor, para o desenvolvimento econômico sustentável na região, onde considerando ainda um alto grau de ruralização das atividades, persistiriam condições de extrema pobreza.

No contexto acima referido, seria de esperar dessa economia um comportamento diferenciado, ou seja, de menor dinamismo, em relação aos demais espaços não sujeitos a restrições climáticas e

³ Para entender melhor o raciocínio do autor, leia-se a continuação: “Os aposentados comparecem com seus benefícios; os funcionários públicos, com seus empregos e seus salários; e as prefeituras (assim como as câmaras de vereadores), com seus funcionários permanentes e temporários, com as empresas locais que lhes prestam serviços ou fornecem mercadorias, e com os seus recursos financeiros, especialmente a conta do Fundo de Participação dos Municípios” (GOMES, 2001, p. 149). Deve-se ter em conta que o autor considerava como pouco importantes em termos econômicos as atividades agropecuárias tradicionais do semiárido, o que nem sempre é assim, mas que dava uma ideia bem aproximada da realidade deste território.

contando com uma base menos carente de recursos humanos e naturais. Ocorre que não é bem assim que os indicadores econômicos normalmente utilizados para avaliar o desempenho de regiões ou países vêm se comportando nos últimos anos. O que os dados do período 2000-2010 mostram é que tanto o semiárido nordestino quanto, mais especificamente, o pernambucano vêm exibindo taxas superiores de crescimento do PIB e do emprego formal em relação ao Nordeste como um todo e ao Brasil. Essa performance surpreendente do semiárido é pouco sabida, pouco estudada e ainda menos entendida.

Com efeito, entre 2000 e 2010 enquanto o Nordeste cresceu seu PIB em média a 4,0% a.a. o semiárido nordestino cresceu o seu à média de 4,4% a.a., o que impressiona bastante, principalmente, pelas maiores carências e dificuldades ali observadas (Tabela 1). Esse maior crescimento do semiárido do Nordeste pode ser também evidenciado considerando um período um pouco anterior (1998-2008), conforme Garcia e Buainain:

No período 1998-2008 a economia do semiárido brasileiro cresceu a um ritmo superior ao da economia nacional: a taxa de crescimento média do PIB-M a preços de 2008 (deflacionado pelo IPCA a partir do PIB-M a preços correntes, divulgado pelo IBGE) para os municípios da região foi de 6,27% ao ano, enquanto a taxa média nacional foi de 5,11% e a da Região Nordeste foi de 5,71%. (GARCIA e BUAINAIN, 2011, p.4)

Tabela 1- PIB e População: Nordeste e Nordeste Semiárido – 2000 e 2010 ()

Área geográfica	2000*	2010*	Crescimento médio anual.	
			PIB	População
Nordeste	343.825.912	507.501.607	4,0	1,1
Semiárido NE	90.953.613	139.952.010	4,4	0,8

Fonte: IBGE, elaboração do autor.

Nota: Valores em R\$1.000,00 de 2010, deflacionados pelo deflator implícito do PIB regional.

Embora esse crescimento maior da economia do semiárido nordestino, e como será visto adiante em mais detalhes do de Pernambuco, ainda seja pequeno e represente pouco em termos absolutos, merece sem dúvida um exame mais aprofundado. Na verdade, há indicações de que essa base econômica está dando sinais de mudanças mais significativas, embora ainda vá conviver por muito tempo com o “velho”, ou seja, com as estruturas mais atrasadas e conservadoras que lhe têm sido características.⁴

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo principal buscar elementos para mostrar que está em andamento um processo “novo” de mudanças na região semiárida. Mudanças estas que efetivamente imprimem um maior dinamismo em espaços relevantes do semiárido nordestino, onde o processo de acumulação de capital insere-se de forma mais intensa movido por fatores específicos (mão-de-obra mais barata, clima seco favorável à fruticultura irrigada, aproveitamento de recursos naturais, etc.) e por conta de políticas públicas diversas (melhoria de infraestrutura, transferências governamentais, incentivos fiscais, etc.) que terminam gerando novas atividades econômicas. Ou seja, a ampliação da base econômica do semiárido, para além da economia “sem produção”, vale destacar, embora enfrente maiores desafios é um objetivo possível de ser alcançado a partir de intervenções mais bem estruturadas e do próprio processo de desenvolvimento das forças produtivas capitalistas.

Embora esses aspectos sejam observados no semiárido do Nordeste como um todo, o foco deste trabalho é o semiárido de Pernambuco. Isso com um ponto de partida para um estudo mais abrangente, ou seja, tendo o Nordeste semiárido como foco, a ser feito posteriormente.

⁴ Note-se que Gomes (2001) já considerava que estavam em andamento no semiárido atividades produtivas com algum dinamismo como a fruticultura irrigada, a produção de calçados e de confecções. No contexto geral, eram ainda pouco significativas e como a renda da economia sem produção era muito difusa não daria origem, segundo o mesmo autor, a atividades derivadas, tornando sombrio o quadro econômico dos “sertões” visto no início dos anos 2000.

O caso de Pernambuco merece realce, entre outras coisas, porque, conforme será visto adiante, depois de experimentar um período relativamente longo de atraso relativo, a sua economia vem mostrando, mais recentemente, significativa recuperação do crescimento, apresentando inclusive uma performance relativa superior à média dos demais estados nordestinos e à média de crescimento da economia brasileira. Tal desempenho parece estar associado às oportunidades criadas pela localização e por atração de investimentos carreados pela existência de um distrito industrial portuário, o complexo Suape, além do aproveitamento de algumas vantagens relativas de subespaços econômicos como o da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco, do gesso na região do Araripe e das confecções no Agreste. Registre-se também um melhor desempenho de segmentos mais tradicionais, como a criação de animais e o sucroalcooleiro, nos anos mais recentes, embora em 2012 e 2013 a diminuição de chuvas tenha acarretado fortes perdas, mas passíveis de recuperação com a volta das chuvas aos padrões normais da região.

Antes de discutir o desempenho da economia, vale lembrar, num esforço de caracterização, que o Estado de Pernambuco está situado no centro-leste da Região Nordeste, apresentando uma área de 98.930 Km². Possui divisas, ao Norte, com os Estados do Ceará e Paraíba, a Oeste com o Piauí, ao Sul, com Bahia e Alagoas, e limita-se a Leste, com o Oceano Atlântico. Ainda com relação à sua extensão, 87.317 Km², ou 75% do território, referentes à soma das Regiões Sertão e Agreste, estão localizados no Polígono das Secas, ou seja, no nosso foco de estudo, o semiárido, onde há secas frequentes, sendo a região mais crítica aquela localizada a Oeste, com as menores e mais irregulares precipitações pluviométricas.

O Estado possui 184 municípios e encontra-se dividido em quatro macrorregiões: Região Metropolitana do Recife, Zona da Mata, Agreste e Sertão. A Região Metropolitana do Recife (RMR) é a sede administrativa, criada em 1973, constituída por 14 municípios e caracterizada por produção industrial diversificada e por serviços também muito variados.

No que diz respeito à Zona da Mata, também conhecida como Zona Canavieira, esta é formada por 6 microrregiões e 57 municípios, onde há predominância do solo tipo massapé propício à agroindústria

canavieira. Esta região apresenta menor vulnerabilidade climática se comparada às Regiões Agreste e Sertão, por possuir índices pluviométricos mais elevados e estáveis.⁵

A área intermediária entre a Mata e o Sertão é a Região Agreste, dividida em 6 microrregiões e 70 municípios, de economia mais diversificada, e caracterizada por uma produção voltada, em geral, para o cultivo de cereais e para os segmentos leiteiro e de corte, sendo considerada a maior bacia leiteira do Estado.

O Sertão ocupa 70% do território pernambucano, distribuídos em 6 microrregiões formadas por 56 municípios, e tem sua economia mais voltada para a pecuária e culturas de subsistência.⁶

Esse artigo, para dar conta dos seus objetivos, acima explicitados, tratará inicialmente de dar uma ideia da dinâmica econômica de Pernambuco nos anos mais recentes, vindo depois uma análise da dinâmica demográfica observada no semiárido pernambucano, seguida da apresentação das tendências econômicas em curso, com foco no semiárido, tendo por fim as considerações finais sumariando as principais transformações em andamento e os desafios a serem enfrentados nos próximos anos.

2. PERNAMBUCO: AS PRINCIPAIS TENDÊNCIAS ECONÔMICAS EM CURSO

Nesta seção, será feita uma caracterização e breve retrospectiva do comportamento da economia de Pernambuco nas últimas décadas. Vale observar que as perspectivas econômicas de Pernambuco nos anos pós-2000 estão mais auspiciosas. Há que se lembrar, porém, que nas décadas anteriores o cenário apontava para a estagnação. Isso, depois de ter ocorrido até os anos 1970 um clima mais alentador.

⁵ Detalhe: o município de Chã Grande, localizado na Zona da Mata, é o único dessa mesorregião que faz parte do semiárido pernambucano.

⁶ Esse recorte das atividades econômicas das mesorregiões de Pernambuco, obviamente, reporta-se aos anos considerados “normais”, ou sem secas. Nos anos de 2012 até o início de 2014, essas atividades no Agreste e no Sertão, e mesmo na Zona da Mata, vêm sofrendo perdas elevadas no que diz respeito às atividades agropecuárias, o que é de conhecimento geral, mas não custa repetir.

Ciclos, às vezes curtos, de expansão e retração parecem ser a marca dessa economia, observada desde épocas coloniais.

Nos anos 1960 e 1970, com os incentivos fiscais e demais instrumentos da política regional adotada com a criação da SUDENE, a economia pernambucana conseguiu atrair boa parte dos projetos de investimento apoiados nesse esquema e assim atingiu um patamar mais elevado de diversificação industrial, embora muito localizado na Região Metropolitana do Recife. Enquanto isso, as regiões interioranas continuaram muito pouco dinâmicas e com suas economias fortemente dependentes de atividades primárias e do setor público, seja no Sertão ou no Agreste, mesmo que em algumas cidades do Agreste tenham surgido algumas atividades agroindustriais.

A partir da segunda metade dos anos 1970, no entanto, provavelmente de forma associada à menor participação nos incentivos fiscais da SUDENE, a economia pernambucana inicia um período de menor dinamismo relativo, crescendo à média de 6,6% ao ano entre 1975 e 1980 (Nordeste: 7,2% ao ano). Tal perda de ímpeto relativo acentua-se na primeira metade dos anos 1980, vale notar, tendo a média de crescimento anual caído para 2,4% em Pernambuco, contra 4,4% no Nordeste entre 1980 e 1985. Em seguida, observa-se certa recuperação do dinamismo relativo em Pernambuco, tendo a média de crescimento da década atingido 3,5% ao ano, enquanto a do Nordeste chegava aos 3,3% (Tabelas 1 e 2). Nos anos 1990, no entanto, a perda relativa de Pernambuco no contexto regional foi mantida com uma média de crescimento do PIB de 2,0% para este e de 3,0% para o Nordeste.

A partir da literatura dedicada ao tema podem ser vistas algumas explicações para tal perda. Entre outras, uma redução na função tradicional de entreposto comercial de Pernambuco dentro do processo de integração da economia brasileira, o que levou os demais estados nordestinos a se articularem diretamente com o centro hegemônico. Depois o segmento industrial mais representativo, a agroindústria álcool-açucareira, passou a experimentar dificuldades de competitividade, tendo seus empresários optado pela diversificação de atividades, investindo em outras regiões. Além disso, a Região Metropolitana do Recife ficou de fora da faixa A de prioridades para

projetos que buscassem incentivos fiscais via SUDENE, o que levou à gradativa perda de participação nos recursos dos incentivos fiscais. Além disso, devem ser destacados outros fatores como a então menor agressividade na atração de investimentos via incentivos fiscais dos governos de Pernambuco, a baixa produtividade e a reduzida articulação econômica das regiões do interior com a RMR e o reduzido índice de dinamismo do setor terciário pernambucano onde a informalidade tem um peso elevado, dificultando sobremaneira a geração de renda e a acumulação produtiva (LIMA e KATZ, 1993).

Nos anos 1990, ocorre uma perda de competitividade de alguns setores em vista da abertura da economia brasileira, ao lado de dificuldades na agroindústria sucroalcooleira, por conta de passivos financeiros elevados e da menor proteção estatal, que implicou na perda de benefícios antes carreados através do extinto Instituto do Açúcar e do Alcool. Esse contexto de maior exposição à concorrência levou ao fechamento de pelo menos um terço das usinas de açúcar e álcool e a elevados índices de desemprego. Mesmo assim deve-se ter em consideração que, em termos absolutos, a indústria de transformação de Pernambuco tem ainda peso significativo no contexto regional.

Assim, diante da retração no setor secundário, nos dois últimos decênios do século XX, pelo menos, a economia de Pernambuco sustentou suas baixas taxas de crescimento do PIB graças ao setor terciário. Neste o peso maior foi dado pelo segmento de transporte, armazenagem e comunicações, particularmente este último ramo, tendo ainda os setores primário e terciário apresentado desempenho muito aquém dos anos anteriores.⁷

Nos anos mais recentes, contudo, partindo da metade dos anos 1990, o comportamento da economia de Pernambuco mudou bastante. Sobre isso vale aqui reproduzir o que diz Frota:

A partir do Plano Real, a participação do PIB pernambucano no PIB nordestino passa a registrar desempenho constante, com média de

⁷ Os comentários aqui esboçados estão baseados em Lima e Padilha (2006).

18% de 1995 a 2007 (...). Ademais, o PIB pernambucano não destoia da trajetória de crescimento do cenário nacional, como mostra o Gráfico 2.2, com exceção para o ano de 2009, quando o PIB brasileiro sentiu mais fortemente a pressão advinda da crise internacional de 2008. Para o ano de 2010, dados preliminares da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem) apontam que o PIB pernambucano cresceu 9,3%, enquanto o PIB nacional cresceu 7,5% no mesmo ano. Já para o ano de 2011, Pernambuco continuou crescendo a uma taxa mais elevada que o Brasil, sendo registrados 4,5% de crescimento do PIB pernambucano contra 2,7% do brasileiro. Muito embora os valores registrados para o ano de 2011 tenham sido inferiores aos vistos no ano anterior, considera-se um bom desempenho, tendo em vista um cenário internacional pessimista, sobretudo na Europa e Estados Unidos. (CONDEPE/FIDEM, 2012). De fato, o Brasil, no período em exame, apresentou um mercado interno consumidor fortalecido, resultado da combinação da melhora no poder aquisitivo da sua população, a exemplo do aumento real do salário mínimo (...) e também do aumento de crédito ao consumidor, com a ampliação do acesso ao mesmo. Os aspectos positivos observados no âmbito nacional também repercutem em Pernambuco. (FROTA, 2013, p. 28)

Esse crescimento mais elevado da economia pernambucana em relação à do Brasil persistiu em 2012 (3,7% contra 0,9%) e 2013 (4,2% contra 2,4% de janeiro a setembro), segundo informa o CONDEPE/FIDEM

(<http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem>). Um esboço de entendimento dessa dinâmica diferenciada da economia pernambucana é dado abaixo:

A formação de importantes cadeias produtivas induziu à modernização de atividades do setor terciário, embora ainda apresentem segmentos nos quais estão presentes a informalidade nas relações de trabalho e a forma de gestão dos negócios. Na agropecuária, a consolidação da moderna agricultura irrigada, no Sertão do São Francisco, contribuiu para a dinamização de atividades agrícolas e agroindustriais, que passaram a ter maior destaque na economia estadual. Somado a esse desempenho da economia estadual, salienta-se os resultados econômicos oriundos dos investimentos estruturantes no Complexo Portuário de Suape, tais como a refinaria e o estaleiro, caracterizados como produtivos e que irão dinamizar a economia local. (CONDEPE/FIDEM, 2009, p.132)

Ademais, o maior dinamismo de Pernambuco pode ser creditado ao aproveitamento das oportunidades criadas pela própria localização do estado, por exemplo, que é diferenciada e central na região Nordeste, potencializada pelas ligações viárias, aéreas e marítimas com as mais diversas regiões do Brasil e do exterior (FROTA, 2013). Além da já mencionada presença importante do Complexo Industrial Portuário de Suape e a atração de grandes projetos estruturadores, também conta a favor a política de atração de investimentos do Governo do Estado e o seu esforço no sentido da melhoria da infraestrutura econômica e social, o que tem resultado na efetivação de investimentos significativos em atividades industriais e de serviços.

Por outro lado, outro fator do maior crescimento do PIB estadual é a expansão do consumo favorecido com políticas redistributivas como o aumento real do salário mínimo e os programas de transferências de renda como o Bolsa Família, por exemplo. Nesse aspecto, o Nordeste e Pernambuco vêm sendo mais aquinhoados com os efeitos positivos por conta das maiores carências de sua população, o que incentiva o crescimento do consumo e atrai investimentos para atender à demanda crescente. Sobre isso afirma Galvão:

Esta visão, um tanto keynesiana, está presente, há muitas décadas na literatura: a demanda cria a oferta (ao contrário da Lei de Say, na qual a oferta cria a demanda). O fenômeno do crescimento do consumo, a taxas mais elevadas no Nordeste, está contribuindo para a criação de um círculo virtuoso de desenvolvimento no Estado e em toda a Região. (GAVÃO, 2012, p.13)

Ao lado disso, o crescimento mais elevado da economia pernambucana vem mantendo, vale registrar, o padrão observado há bastante tempo, ou seja, a concentração de atividades econômicas na RMR e um peso acentuado do setor terciário⁸. Ainda conforme o documento do CONDEPE/FIDEM:

(...) a economia estadual tem um caráter concentrado espacialmente: das 12 regiões de desenvolvimento do Estado, a maior economia é a da RD Metropolitana, que apresentou [em 2007] um PIB de R\$ 40,89 bilhões, concentrando 65,7% do PIB pernambucano. Nesta RD Metropolitana estão localizadas as cinco maiores economias municipais de Pernambuco (Recife, Jaboatão dos Guararapes, Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho e Olinda). Nas RD do interior, o Agreste Central detém o maior produto (7,7% do PIB de PE). A nível municipal, executando os municípios da RD Metropolitana, os destaques do estado são: Petrolina, Caruaru, Vitória de Santo Antão, Garanhuns e Belo Jardim. As menores participações são da RD do Sertão do Moxotó (1,2%) e da RD do Sertão Central (0,9%). No mapa do Estado, evidencia-se a forte concentração espacial do PIB em algumas RD, a exemplo da Metropolitana, Agreste Central e Sertão do São Francisco. Apenas 36 municípios possuem PIB superior a

⁸ O peso mais expressivo do Terciário, registre-se, não é específico de Pernambuco, mas vale o destaque.

R\$ 200 milhões e juntos concentram aproximadamente, 83,8% do PIB pernambucano. (CONDEPE/FIDEM, 2009, p.128)

3. UM NOVO SEMIÁRIDO ESTÁ SENDO FORJADO EM PERNAMBUCO?

Se, por um lado, é verdade que essa marca de concentração espacial do PIB mantém-se predominante, por outro lado, não significa que essa situação vá assim permanecer para sempre. Sinais em sentido contrário já são perceptíveis aos menos desavisados, embora estes sejam ainda incipientes e não generalizados. As seções seguintes deste trabalho procuram mostrar os nexos de algumas transformações relevantes em andamento, que poderão, caso mantidas, contribuir para, no médio prazo, a desconcentração de atividades econômicas no sentido do Agreste/Sertão.

3.1 Aspectos demográficos do semiárido de Pernambuco

Nesta seção é feito um estudo da dinâmica demográfica do semiárido de Pernambuco, amparando-se na base de dados do IBGE (Censos de 2000 e de 2010) para as microrregiões e seus municípios do Estado. Com isso pretende-se encaminhar o melhor entendimento das sub-regiões e de suas respectivas dinâmicas, já que os movimentos demográficos refletem de perto o que ocorre com a base econômica. Conforme será visto, há afluxos de população em microrregiões do semiárido entremeados com alguns casos de outras em que se observa estagnação e mesmo elevados e atípicos índices de população rural. Nesse aspecto, os dados parecem mostrar diferenciação positiva, sem dúvida surpreendente, em alguns espaços, ao lado da estagnação em outros. Ou seja, a face velha conhecida da heterogeneidade dos espaços menos desenvolvidos economicamente.

Em 2000, a população do Semiárido de Pernambuco representava 41% da população do Estado, percentual este praticamente inalterado em 2010 – 41,5% (**Quadro 1**). Considerando o período de 2000 a 2010, o Estado apresentou uma taxa de crescimento da população de 1,06%, sendo de 1,19% este mesmo indicador para os municípios do Semiárido do Estado, o que já indica que o semiárido no seu conjunto está atraindo mais do que expulsando

população (Quadro 1), diferentemente do que se observava em décadas anteriores. Assim foi, por exemplo, entre 1991 e 2000, quando os municípios do Sertão pernambucano cresceram sua população a uma taxa de 1,04% a.a., os do Agreste a 1,02% a.a. e o total do Estado cresceu a 1,17% (Lima, Padilha e Cavalcanti Filho, 2006).

Quadro 1: Pernambuco e Semiárido de PE: população residente – 2000 e 2010

Região	População em 2000	População em 2010	Taxa média geométrica
Pernambuco	7.918.130	8.796.400	1,06%
Semiárido PE	3.246.685	3.655.822	1,19%

Fonte: IBGE, elaboração dos autores.

A dinâmica rural/urbana entre 2000 e 2010 apresentou taxas diferenciadas de crescimento no Estado (1,53% para área urbana e de -0,64% para a área rural) enquanto que para o Semiárido, estas taxas foram respectivamente de 2,29% e de -0,55% (Quadro 2). Tais dados indicam uma migração rural/urbana relativamente intensa, tendo o semiárido urbano atraído relativamente mais população, talvez em vista de fatores de repulsão mais intensos no seu meio rural.

Quadro 2: Pernambuco e semiárido pernambucano: Populações urbana e rural (2000-2010)

Região	População Urbana		
	2000	2010	Taxa de cresc. %
População Urbana			
Pernambuco	.058.200	7.052.210	1,53
Semiárido PE	.894.490	2.376.277	2,29
População Rural			
Pernambuco	.860.000	1.744.238	-0,64
Semiárido PE	1.352.196	1.279.545	-0,55

Fonte: IBGE, elaboração dos autores.

Os dados para as Mesorregiões que formam o semiárido do Estado revelam que em 2000 a população da Mata/Litoral, ou seja, o município de Chã Grande, correspondia a apenas 0,23%, tendo o Agreste e o Sertão participado, respectivamente, com 22,6% e 18,1% do total de Pernambuco. Em 2010, estes percentuais foram pouco alterados, com a Mata/Litoral reduzindo levemente sua participação para 0,22%, enquanto os demais percentuais situaram-se muito próximos aos anteriormente apresentados (Quadro 3)⁹. Considerando todos os municípios do Estado, em 2000 e em 2010, respectivamente, têm-se os seguintes números: Sertão 17,4% e 17,9%, Agreste, 25,1% e 24,5%, e Mata/Litoral 57,4% e 56,9%. Tanto a consideração mais restrita, do Semiárido de Pernambuco, como a mais ampla referente a todos os municípios do Estado, portanto, indicam um crescimento, até certo ponto surpreendente, por conta das maiores carências, mais elevado da população do Sertão.

Efetivamente, o Agreste e o Sertão apresentaram taxas de crescimento de suas populações no período de 2000 a 2010 de 1,09% e 1,32%, respectivamente, acima da taxa média de crescimento da população do Estado (1,06%). Já a Mata/Litoral (ou seja, o município de Chã Grande), apresentou crescimento mais discreto, de 0,72%, sendo este também o crescimento da microrregião Vitória de Santo Antão, onde está inserido o município (Quadro 3). Esses dados sugerem que, por um lado, a área mais densamente ocupada, a Mata/Litoral, do Estado dá sinais de “fadiga” na absorção de população migrante e, por outro lado, que o Agreste e o Sertão estão conseguindo reter mais pessoas, possivelmente com as melhoras observadas, embora de forma diferenciada para cada subespaço, nas suas condições de vida.

⁹ Conforme dito acima, no Semiárido de Pernambuco, a Mesorregião Mata/Litoral tem menor representatividade, tendo em vista incluir apenas a microrregião de Vitória com o município de Chã Grande.

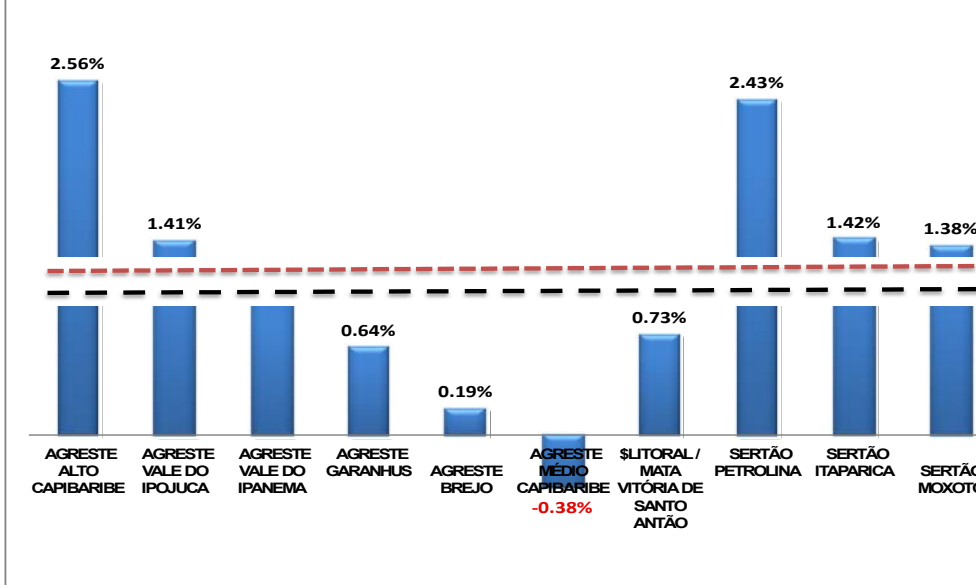
Quadro 3: População Residente e Taxa de Crescimento segundo as Mesorregiões e Microrregiões do Semiárido pernambucano (2000 e 2010)

Microrregião	Pop 2000	Pop 2010	Tx média geométrica de crescimento
Alto Capibaribe	212,491	273,729	2.56%
Vale do Ipojuca	686,288	789,240	1.41%
Vale do Ipanema	162,994	180,017	1.00%
Garanhuns	414,938	442,117	0.64%
Brejo	162,850	166,048	0.19%
Médio Capibaribe	152,213	146,570	-0.38%
Agreste			
Vitória de S. Antão	18,729	20,137	0.73%
Litoral			
Petrolina	349,353	443,991	2.43%
Itaparica	116,574	134,212	1.42%
Moxotó	185,409	212,556	1.38%
Araripina	277,362	307,642	1.04%
Salgueiro	151,879	162,029	0.65%
Pajeú	355,605	377,534	0.60%
Sertão Total	1,436,182	1,637,964	1.32%
Total semiárido PE	3,246,685	3,655,822	1.19%

Fonte: IBGE, elaboração dos autores.

Ao olhar os percentuais das populações rural e urbana para as mesorregiões e microrregiões do Semiárido de Pernambuco no período percebem-se taxas de urbanização crescentes, porém ainda bem abaixo da média de Pernambuco (em 2000: 58% no semiárido e 76% em Pernambuco; em 2010: 65% e 80%, respectivamente). Entre 2000 e 2010, o Agreste passa de 60% para 68%; a Mata/Litoral de 58% para 68%; o Sertão de 56% para 61%.

Evolução da população: PE e Grandes Regiões



Fonte: IBGE, elaboração dos autores.

Note-se que a microrregião Vale do Ipojuca aparece com maiores representações urbanas nos dois respectivos anos, 72% e 79%. Em seguida, o Alto do Capibaribe com 64% e 75%, Pajeú com 58% e 65%, e Petrolina com 63% e 64%. O Quadro 4 ainda mostra que todas as microrregiões do Sertão tiveram representação de mais de 50% da população urbana nos seus totais populacionais. No Agreste, entretanto, as microrregiões do Médio Capibaribe (particularmente nos municípios de Bom Jardim, Orobó e Salgadinho) e do Vale do Ipanema (principalmente Buíque, Itaíba e Tupanatinga) foram exceções a essa regra, tendo menos de 50% de população urbana, destoando bastante do quadro geral observado acima.

Analisando o crescimento registrado para as populações urbana e rural nas microrregiões do Semiárido, percebe-se um maior crescimento da população urbana no período em questão para o Alto do Capibaribe com 4,15% a.a. (Agreste), seguido por Araripina (Sertão) com 2,84% a.a. e Petrolina (Sertão) com 2,64% a.a. As respectivas taxas de crescimento para população rural desses

municípios são: -0,9%, -0,7% e 2,04% (Quadro 4). O elevado e até certo ponto surpreendente (dada a tendência geral de queda na população rural) crescimento da população rural em Petrolina pode ser entendido como resultante do dinamismo da fruticultura irrigada na região.¹⁰ Comportamento dissonante, em menor intensidade, também ocorreu no Moxotó (1,07%) e Itaparica (0,68%)¹¹. Nas demais microrregiões permanece o processo de migração de pessoas do campo para cidade e taxas negativas de crescimento da população rural.

Quadro 4: População rural e urbana – Mesorregião e Microrregião do Semiárido-PE

Microrregião	Pop. Urbana 2000		Pop. Rural 2000		Pop. Urbana 2010		Pop.
	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%	Pop.
Alto Capibaribe	136.332	64	76.159	36	04.838	75	68.891
Médio Capibaribe	50.291	33	101.922	67	63.494	43	83.076
Vale do Ipojuca	494.375	72	191.913	28	19.805	79	169.435
Vale do Ipanema	68.881	42	94.113	58	86.322	48	93.695
Brejo	88.765	55	74.085	45	111.019	67	55.029
Garanhus	236.056	57	178.883	43	78.233	63	163.884
Total Agreste	1.074.700	60	717.075	40	1.363.711	68	634.010
Vitória de S. Antão	10.949	58	7.780	42	13.692	68	6.445
Total Litoral/Mata	10.949	58	7.780	42	13.692	68	6.445
Araripina	124.455	45	152.907	55	165.062	54	142.580
Petrolina	220.065	63	129.288	37	285.758	64	158.233
Itaparica	63.280	54	53.294	46	77.140	57	57.072

¹⁰ Nessa microrregião há também a presença mais pronunciada de movimentos sociais, como o MST, que pressionam por desapropriações de terras com o concomitante assentamento de um número expressivo de famílias no meio rural.

¹¹ Esse comportamento atípico nessas duas microrregiões do Sertão pode indicar, mais provavelmente, *menor capacidade de atração de população nos respectivos meios urbanos, ou, alternativamente, maior capacidade de retenção de população rural nas mesmas*. Tais hipóteses precisam ser mais bem investigadas, o que não foi possível fazer no âmbito deste trabalho.

Pajeú	207.175	58	148.430	42	244.852	65	132.682
Moxotó	114.176	62	71.233	38	133.324	63	79.232
Salgueiro	79.690	52	72.189	48	92.738	57	69.291
Total Sertão	808.841	56	627.341	44	98.874	61	639.090
Total Semiárido Pe	1.894.490	58	1.352.196	42	2.376.277	65	1.279.545

Fonte: IBGE. elaboração dos autores.

Os dados mais desagregados, por município, mostram taxas diferenciadas de expansão demográfica. Assim, na microrregião de Araripina, os municípios que mais se destacaram em termos de taxas de crescimento da população no intervalo 2000-2010 foram os de Ipubi com 2,01%, Santa Cruz com 1,90%, e Trindade com 1,76%. Exu foi o único nesse período cuja população diminuiu em 0,25%¹ (IBGE, 2014).

Em Itaparica, os destaques segundo a desagregação no site do IBGE cabem a Tacaratu, com crescimento populacional no período de referência de 2,59%, seguida por Itacuruba com 1,76% e Petrolândia com 1,75%. Para a microrregião do Moxotó, chama atenção o crescimento populacional nos anos selecionados para os municípios de Inajá (3,69%), Manari (3,33%) e Custódia (1,15%).

Na microrregião de Petrolina, este município liderou o crescimento, com 3,01%, seguido por Terra Nova com 2,13% e Orocó com 1,99%. Vale salientar que essa área apresenta dinamismo associado à fruticultura irrigada, especialmente voltada à produção de uva e manga, com presença marcante inclusive no mercado externo, o que explica pelo menos uma boa parte do crescimento populacional encontrado.

No Pajeú, apenas Serra Talhada aparece com taxa de crescimento relevante de 1,12%, associada em parte à descentralização dos ensinos superior e técnico e aos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento, com a construção de adutoras e barragens. Do lado dos municípios com taxa negativa de crescimento, Calumbi sofreu a maior redução da população (-2,39% a.a). Em Salgueiro, ainda no Sertão, Cedro revelou redução populacional no período de -1,22% (IBGE, 2014).

No Agreste, repete-se a heterogeneidade de taxas de crescimento. No Alto Capibaribe, os municípios de Toritama e Santa Cruz do Capibaribe revelaram maiores taxas de crescimento da população nos anos 2000-2010, respectivamente de 5,01% e 4,02%. Tais crescimentos estão associados à forte presença e expansão da atividade de confecções nestas cidades. Em sequência estão os

¹ Para não alongar muito este trabalho, os autores optaram por não anexar figuras ou tabelas com dados para os municípios. Conferir informações no site do IBGE: www.ibge.gov.br.

percentuais apresentados por Taquaritinga do Norte, 2,34% e Vertentes, 1,99% (IBGE, 2014).

O Vale do Ipojuca tem Sanharó (3,29%) e Caruaru (2,19%) como os principais destaques em taxas de crescimento populacional. Os municípios de Brejo da Madre de Deus, São Bento do Una e Gravatá vêm em seguida, com respectivas taxas de 1,72%, 1,56% e 1,29%. Tacaimbó apresentou redução da população em 0,37% (IBGE, 2014).

Na microrregião do Vale do Ipanema as cidades de Venturosa, Tupanatinga e Buíque tiveram as taxas de crescimento populacional mais relevantes sendo estas, respectivamente, de 1,78%, 1,69% e 1,47%. Note-se que Itaíba apresentou redução de -0,20%. A Microrregião de Garanhuns apresentou Lajedo (1,29%), Angelim (1,17%) e Jupi (1,06%) como municípios e percentuais de destaque. No conjunto de pior desempenho, Palmeirinha destaca-se, com uma taxa de -1,51% (IBGE, 2014).

Diante das informações dispostas, e considerando o Estado de Pernambuco, suas mesorregiões, microrregiões e municípios, alguns apontamentos conclusivos podem ser feitos. Em relação à população de Pernambuco e do Semiárido do Estado, a taxa de crescimento foi de 1,06% para o primeiro e de 1,19% para o segundo, sendo a mesorregião do Sertão a que mais cresceu no período. A taxa de urbanização no semiárido, embora crescente, ainda fica bem abaixo da média do Estado, principalmente nas microrregiões Médio Capibaribe e Vale do Ipanema.

No conjunto das microrregiões, o Alto Capibaribe (Agreste) destaca-se em crescimento da população seguida por Araripina e Petrolina, no Sertão. O Alto Capibaribe tem Toritama e Santa Cruz do Capibaribe como municípios de maior crescimento populacional. A Microrregião de Araripina tem como destaque Ipubi, Santa Cruz e Trindade; já em Petrolina surgem com maior crescimento populacional os municípios de Petrolina, Orocó e Lagoa Grande. Essas regiões com maior crescimento demográfico, principalmente Alto Capibaribe e Petrolina, são, não por acaso, também as que mais cresceram seus respectivos PIBs, tendo como fatores de expansão, respectivamente, as atividades de confecções e de fruticultura irrigada. Tais aspectos serão vistos na seção a seguir.

3.2. Tendências em curso na economia do semiárido de Pernambuco

Conforme visto acima, a economia de Pernambuco apresenta uma elevada concentração de atividades econômicas na região mais próxima do litoral, notadamente na RMR. Nos últimos anos, o Governo estadual vem procurando estimular a atração de projetos de investimentos nas áreas fora dessa centralidade, mas sem muito sucesso. O PRODEPE, programa de incentivos fiscais de Pernambuco, via ICMS, oferece incentivos maiores, mas nem tanto, para projetos localizados fora da RMR, mas os resultados são ainda tímidos nessa direção (FROTA, 2013). Na verdade, a centralidade da RMR e suas economias de aglomeração terminam prevalecendo na escolha dos empresários, em que pesem as já evidentes dificuldades aí encontradas de mobilidade e o encarecimento de terrenos, maiores salários, índices mais elevados de criminalidade e outros fatores que geram, por outro lado, deseconomias de aglomeração.

Nesse contexto, o Agreste e o Sertão enfrentam mais dificuldades de nuclear projetos de investimento de maior porte, mas nem assim permanecem estagnados e desenvolvem atividades mais ligadas a potencialidades locais. Sobre isso os dados de uma década para cá revelam-se um tanto surpreendentes e serão apresentados a seguir. Embora não indiquem mudanças drásticas ou radicais, sinalizam que os subespaços do Agreste e do Sertão estão crescendo um pouco acima do resto da economia do Estado, daí a surpresa, principalmente diante do que foi dito sobre a concentração de atividades na RMR.

Aliás, o “fenômeno” do maior crescimento do semiárido não é um caso particular de Pernambuco, vale o registro. No semiárido do Nordeste como um todo vem ocorrendo a mesma situação. Surpresa agradável, sem dúvida. Um aspecto que pode estragar a boa nova é que os dados aqui reunidos indicam as tendências entre os anos 2000 e 2010, os anos dos censos. Como de 2012 a 2013 ocorreu uma seca de graves consequências para a economia do semiárido, principalmente, é possível que o panorama que estava melhorando sofra alguma descontinuidade. Porém, como as secas não são permanentes, mesmo que frequentes, é bem possível que ao voltarem as chuvas à “normalidade” aos poucos ocorra a retomada à tendência anterior à

seca. Efetivamente, os dados da Tabela 1 mostram que entre os anos 2000 e 2010 o PIB do Nordeste cresceu um pouco acima do pernambucano (4,0% a. a. e 3,9% a.a., respectivamente),² enquanto o semiárido do Nordeste cresceu um pouco mais que o todo nordestino (4,4% a.a.) e o de Pernambuco mais ainda (4,6% a.a.).

Outro destaque para o semiárido pernambucano vai para o crescimento populacional. Enquanto o semiárido nordestino apresentou um crescimento populacional abaixo da média regional no período em análise, indício de que as migrações continuam, o pernambucano expandiu sua população a uma taxa superior a de Pernambuco e do Nordeste (**Tabela 2**). Sabe-se que população e PIB são variáveis que se apresentam correlacionadas e, em geral, o crescimento econômico mais intenso contribui para atrair população para uma região através de migrações. Supõe-se então que o semiárido de Pernambuco tenha, no período em análise, tido um melhor desempenho econômico em alguns de seus subespaços que levou a esse influxo populacional.

Tabela 2- Nordeste, Pernambuco e Semiárido: PIB e População (2000 e 2010) (R\$1.000,00 de 2010)

Área geográfica	2000	2010	Taxa de crescimento médio anual.	
			PIB	População
Nordeste	343.825.912	507.501.607	4,0	1,1
Pernambuco	64.621.656	95.190.000	3,9	1,1
Semiárido	91.806.293	147.339.715	4,8	0,8
Semiárido NE	90.953.613	139.952.010	4,4	0,8
Semiárido PE	15.297.268	24.092.597	4,6	1,2

Fonte: IBGE, elaboração dos autores

Nota: os valores do Nordeste e Semiárido NE foram deflacionados pelo deflator implícito do PIB regional; os de Pernambuco e Semiárido PE foram deflacionados pelo deflator implícito do PIB estadual; os do Semiárido pelo deflator implícito do PIB nacional

No intento de entender e recuperar as tendências em curso, o primeiro passo é buscar localizar as microrregiões do semiárido

² Nos anos mais recentes Pernambuco vem crescendo acima do Nordeste, conforme registro anterior.

pernambucano onde ocorreram maiores taxas de crescimento. Em seguida, observar as atividades econômicas que concorreram para o maior crescimento nos subespaços mais dinâmicos. É o que será feito a seguir.

No *ranking* das microrregiões com maior crescimento dos respectivos PIBs, mostrado no Gráfico 1, despontam a microrregião do Alto Capibaribe (6,5% a.a.), a de Petrolina (6,1% a.a.), a do Vale do Ipanema (6,0% a.a.), a do Moxotó (4,9% a.a.) e a do Vale do Ipojuca (4,6% a.a.). Entre as que menos cresceram encontram-se as microrregiões de Itaparica (2,2% a.a.), Araripina (3,6%), Brejo (3,7%) e Pajeú (3,9%). Observar esses dados leva à reflexão de que algo de destaque deve ter ocorrido nas microrregiões mais dinâmicas e mesmo nas não tão dinâmicas do semiárido, pois 9 entre 13 delas cresceram igual ou acima da média de Pernambuco. A heterogeneidade das taxas de crescimento observadas também chama a atenção e mostra que o maior dinamismo concentra-se em algumas microrregiões nos postos superiores da classificação aqui mencionada.

Ou seja, a interiorização do crescimento ocorreu, de forma mais localizada e mais acentuada em algumas microrregiões, ficando várias outras com crescimento menor, enquanto a pior classificada, a microrregião de Itaparica, teve crescimento bem mais abaixo, demonstrando uma performance destoante. O quadro geral do crescimento do PIB do espaço semiárido aparece, assim, de forma satisfatória e, como já comentado, surpreendente em vista das suas conhecidas maiores carências em termos de infraestrutura socioeconômica e mesmo pelas restrições impostas pelas limitações hídricas, embora o crescimento maior esteja ocorrendo de forma concentrada em algumas, ou melhor em 04, das microrregiões do semiárido pernambucano.

Cabe então examinar em que municípios observam-se maiores taxas de crescimento nessas microrregiões mais dinâmicas. Ao olhar esses dados nota-se que a concentração também se destaca. No Alto Capibaribe os municípios com maior taxa de crescimento são Toritama (bem acima dos demais), Santa Cruz do Capibaribe, Santa Maria do Cambucá, Vertentes e Casinhas, muito em sintonia com a localização da indústria de confecções que domina a cena econômica nesses municípios.

Gráfico 1 - Semiárido de Pernambuco: Variação do PIB por Microrregiões (2000 e 2010)

Fonte: IBGE, elaboração dos autores

O outro “destaque” conhecido do semiárido de Pernambuco situa-se na microrregião de Petrolina e nesta os municípios de Lagoa Grande, Dormentes, Orocó e Petrolina cresceram acima dos demais. Aqui a fruticultura irrigada, com significativos efeitos multiplicadores, é o principal vetor do crescimento.

Logo em seguida, a microrregião do Vale do Ipanema, mais dedicada à pecuária leiteira, tem seu crescimento mais dependente do desempenho dos municípios de Buique, Pedra e Tupanatinga. Na microrregião do Moxotó os municípios que mais cresceram, bem acima dos demais, foram Manari, Inajá, Ibimirim e Custódia, provavelmente por conta de atividades de fruticultura irrigada e de investimentos do setor público. No Vale do Ipojuca, nota-se menor heterogeneidade no crescimento, mas mesmo assim com taxas diferenciadas para os municípios de Belo Jardim, Alagoinha, Riacho das Almas, Caruaru e Gravatá, os quais contam com atividades econômicas mais diversificadas (indústria química, confecções, pecuária, comércio varejista e atacadista e outras).

Cabe aqui ainda observar que mesmo nas microrregiões com menor média de crescimento há municípios que cresceram bem acima das respectivas médias, o que reforça a heterogeneidade do semiárido pernambucano. Na Microrregião de Garanhuns esse é o caso de Bom Conselho, Jucati e São João. Na Microrregião do Brejo, destaca-se o caso de Sairé. No Médio Capibaribe, o município de Salgadinho cresceu bem mais no período. Em Araripina, sobressaem-se os municípios de Granito e Bodocó. Na Microrregião do Pajeú nota-se que Serra Talhada conseguiu crescer bem acima dos demais municípios. Na Microrregião de Itaparica, o destaque vai para Floresta. Por fim, na Microrregião Salgueiro este município cresceu acima da média de sua microrregião no período.

Em vários desses casos as taxas mais elevadas de crescimento, embora relevantes para o contexto geral, devem-se a movimentos percentuais a partir de uma base pequena, ou seja, uma taxa de crescimento alta, mas com um PIB ainda bem pouco expressivo. Nesses casos podem ser enquadrados Sairé, Salgadinho, Granito, Manari e Mirandiba. No sentido oposto, há casos de municípios com taxas menores que a média, mas já com uma base produtiva maior que não se destacaram no crescimento percentual, como, por exemplo, Garanhuns, Arcoverde, Araripina, Pesqueira, Ouricuri e Petrolândia.¹

Pelo que se pode perceber dos dados acima, ocorreu em Pernambuco alguma desconcentração de atividades econômicas ao longo da última década. Uma desconcentração que vai além do já sabido, ou seja, da expansão que já vinha ocorrendo no Agreste, em torno de Santa Cruz do Capibaribe e do seu polo de confecções, embora esteja enfrentando forte concorrência com os importados da China. Além disso, já há algum tempo a Microrregião de Petrolina cresce com maior vigor junto com a fruticultura irrigada e seus efeitos multiplicadores. Os dados acima comentados mostram que além desses casos há outros municípios e microrregiões com sinais de crescimento mais intenso e isso precisaria ser melhor observado e entendido. Para tal vamos recorrer aos dados mais agregados do valor adicionado por microrregião (Tabela 3) e, depois, aos dados da RAIS por setor de atividade.

Numa perspectiva mais agregada, os dados da Tabela 3 mostram um fenômeno curioso: a desconcentração, com o maior crescimento do semiárido, está se dando com a expansão do valor adicionado na agropecuária e na indústria, ainda que o movimento seja suave, isso tanto nas microrregiões do Agreste quanto nas do Sertão, com concomitante redução do peso do terciário². Alguns casos

¹ No semiárido pernambucano os municípios que apresentam maiores PIBs em valor absoluto, acima de R\$500 milhões, em 2010, foram: Petrolina, Caruaru, Garanhuns, Belo Jardim, Serra Talhada, Santa Cruz do Capibaribe e Petrolândia.

² Nas economias ditas “maduras” o crescimento econômico em geral vai aos poucos elevando o peso do setor terciário, daí a surpresa. É possível que os movimentos observados no semiárido estejam aos poucos diversificando essa economia e que depois o terciário venha a retomar uma maior participação.

sobressaem-se: a Microrregião do Vale do Ipanema mostra uma mudança bem maior entre 2000 e 2010 no peso do valor adicionado no setor agropecuário (de 17,78% para 25,98%), o que também ocorreu, em menor proporção, em Petrolina (de 19,34% para 22,46%) e no Moxotó (de 7,33% para 10,15%).

Tabela 3- Semiárido de Pernambuco: Evolução do Valor Adicionado – 2000 e 2010.

Mesorregião	Microrregião	% Valor Adicionado (2000)			% Va
		Agropecuária	Indústria	Serviços	Agropecu
Agreste	Alto Capibaribe	4,42%	11,48%	79,47%	6,
	Brejo	14,85%	7,99%	75,17%	15,
	Garanhuns	9,36%	13,24%	71,27%	9,
	Médio Capibaribe	12,36%	8,70%	77,03%	12,
	Vale do Ipanema	17,78%	7,24%	72,90%	25,
	Vale do Ipojuca	5,41%	14,38%	71,83%	4,
		8,11%	12,53%	73,16%	8,
Litoral	Vitória de S. Antão(*)	17,91%	7,76%	70,99%	11,
	Araripina	8,45%	17,83%	69,84%	10,
	Itaparica	8,95%	53,84%	35,26%	6,
	Moxotó	7,33%	9,71%	77,62%	10,
	Pajeú	8,64%	10,00%	76,24%	5,
	Petrolina	19,34%	12,81%	61,04%	22,
	Salgueiro	10,56%	10,14%	74,23%	6,
Sertão		12,13%	18,52%	64,32%	13,
Total Semiárido PE		10,06%	15,34%	68,97%	10,

Fonte: IBGE, elaboração dos autores. (*) Nessa MR apenas o município de Chã Grande faz parte do semiárido.

OBS: os dados de valor adicionado não levam em conta os Impostos sobre produtos líquidos de subsídios a preços correntes, com o que os percentuais somariam 100%. Ver <http://www.cidades.ibge.gov.br>

Na direção oposta, observa-se na Microrregião de Salgueiro uma queda expressiva do peso da agropecuária (de 10,56% para

6,75%), junto com uma elevação também significativa do valor adicionado do setor industrial (de 10,14% para 17,65%). Algo similar ao caso da Microrregião de Salgueiro ocorreu na Microrregião Vitória de Santo Antão, ou seja, no município de Chã Grande, bem como no Pajeú, aqui em menor proporção.

O caso da Microrregião Vale do Ipanema tem uma particularidade a mais. Nessa Microrregião o peso do setor agropecuário, que já era atipicamente elevado, tornou-se em 2010 bem mais elevado que nas demais (25,98%), maior inclusive do que em Petrolina, onde se destaca a fruticultura irrigada que tem maior valor de mercado. Naquela Microrregião, os municípios de Buique, Itaíba e Pedra apresentaram um grande crescimento no peso da agropecuária no período em análise (passam de uma média de 20% para 32%, aproximadamente), o que provavelmente se deveu à expansão da pecuária leiteira.³ Os dados aqui sumariados, embora bastante agregados, parecem dar algum apoio à ideia de que a economia “sem produção” está perdendo fôlego, o que pode ser visto pelo menor peso do setor terciário, onde localizam-se os empregos públicos que a suportam. Em paralelo, atividades secundárias e agropecuárias, produtivas, portanto, assumem pesos maiores, mesmo que esses movimentos sejam suaves e mais expressivos nas microrregiões do Agreste.

3.2 Tendências do mercado de trabalho formal

Uma visão adicional do perfil da base produtiva e de como evoluíram as atividades econômicas no semiárido pernambucano pode ser percebida por via indireta com o exame das tendências do mercado de trabalho através dos dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS (Tabela 4)⁴. Os dados indicam que mudanças

³ O maior crescimento de atividades agropecuárias nessa microrregião parece explicar a permanência de população rural mais elevada em alguns de seus municípios, conforme destacado na seção 2. Por outro lado, essa expansão atípica da agropecuária nessa microrregião merece exame mais detido, o que, infelizmente, foge ao escopo desse artigo.

⁴ Embora sabidas, vale aqui lembrar as limitações dessa base de dados, que registra apenas o trabalho formal e ainda “padece” de erros de

importantes ocorreram, entre elas um crescimento de 8,46% a.a. do total de vínculos de emprego formal, acima do crescimento de 5,7% a.a. observado para Pernambuco como um todo, numa região, vale repetir, cuja economia é sabidamente mais carente. Expandem-se, enfim, as relações capitalistas de produção no semiárido pernambucano? Aparentemente sim, pelo menos em partes desse território. Outra constatação importante: o peso do subsetor Administração Pública decresceu de 40,3% para 35,3%, o que indica menor participação do que Gomes (2001) classificava como “economia sem produção”, ou seja, cresceram mais as atividades produtivas.

Tabela 4 – Semiárido de Pernambuco: Vínculos de emprego por atividades – 2000 e 2010.

Sub setores	2000	2010	Taxa de crescimento
15-Construção Civil	4.633	23.318	17,54%
08-Papel e Gráfica	307	1.326	15,76%
19-Adm Técnica Profissional	3.984	16.201	15,06%
03-Indústria Metalúrgica	317	1.165	13,90%
04-Indústria Mecânica	64	229	13,60%
17-Comércio Atacadista	3.847	11.646	11,71%
06-Material de Transporte	131	370	10,94%
11-Indústria Têxtil/confecções	6.261	17.176	10,62%
02-Prod. Mineral não Metálico	2.784	7.033	9,71%
16-Comércio Varejista	24.930	61.962	9,53%
05-Elétrico e Comunicações	533	1.206	8,51%
21-Alojamento e Comunicações	7.376	16.439	8,34%
18-Instituições Financeiras	1.693	3.635	7,94%
23-Ensino	4.161	8.853	7,84%
13-Alimentos e Bebidas	5.293	10.529	7,12%

preenchimento, da não universalização do cumprimento da lei que obriga as empresas a informar o cadastro de empregados, etc.

24-Administração Pública	60.913	119.917	7,01%
20-Transporte e Comunicações	3.612	6.966	6,79%
22-Médicos, Odontológicos e Veterin.	4.090	7.076	5,63%
07-Madeira e Mobiliário	1.102	1.897	5,58%
25-Agricultura	11.142	18.180	5,02%
09-Borracha, Fumo, Couros	607	915	4,19%
01-Extrativa Mineral	811	1.196	3,96%
12-Indústria Calçados	100	133	2,89%
10-Indústria Química	1.501	1.937	2,58%
14-Serviço Utilidade Pública	760	750	-0,13%
Total Semiárido	150.952	340.055	8,46%
Total Pernambuco	883.038	1.536.626	5,70%

Fonte: MTE/RAIS. Elaboração dos autores.

Algumas outras observações mais gerais podem ser destacadas do exame da Tabela 4:

1. O total de vínculos formais do semiárido de Pernambuco mais do que duplicou entre 2000 e 2010⁵;
2. Os subsetores de Administração Pública e Comércio Varejista permanecem entre os que mais empregam, fato similar, aliás, ao observado no semiárido nordestino, mas também para o Nordeste e para Pernambuco nas suas totalidades;
3. Um número reduzido, porém expressivo, de subsetores apresenta um volume mais significativo (superior a 10.000) de vínculos empregatícios, quais sejam: administração pública, comércio varejista, têxtil/confecções, alimentos e bebidas, construção civil, comércio atacadista, administração técnica profissional, alojamento e

⁵ Isso, além do crescimento dos postos de trabalho, também deve ter sido devido à maior formalização de atividades estimuladas pelas mudanças criadas com a simplificação da tributação sobre pequenas atividades (Simples) e pela maior fiscalização, o que contribui para a menor informalidade.

comunicações e agricultura⁶; aplicando essa mesma proporção (ou seja, $10.000/\text{total de vínculos}=2,9\%$) aos vínculos existentes em 2.000 entrariam nesse critério apenas os subsetores construção civil, têxtil/confecções, comércio varejista, administração pública e agricultura (que tinham mais de 4.377 vínculos em 2.000). Assim, pode-se inferir daí que atividades industriais (alimentos e bebidas) e de serviços (comércio atacadista, administração técnica profissional e alojamento e comunicações), que são produtivas, portanto, ganharam vulto no território semiárido pernambucano.

4. Dentre esses subsetores de maior peso, o crescimento foi maior na construção civil (17,5% a.a.), na administração técnica profissional⁷ (15,1%), no comércio atacadista (11,7%), na têxtil/confecções (10,6%) e no comércio varejista (9,5%).

5. Os vínculos em administração pública, o subsetor que mais emprega, mantêm-se em crescimento (7,0% a.a.), porém abaixo da média e abaixo de 15 outros setores, perdendo assim seu dinamismo de outras épocas.

6. As atividades agrícolas apresentam crescimento menor dos vínculos (5%), talvez em função da maior informalidade, mas também é provável que por conta da intensificação de uso de máquinas e equipamentos poupadores de mão-de-obra.

Vejam os dados da RAIS, segundo as microrregiões do semiárido, considerando os subsetores com número mais expressivo de vínculos e tendo em conta os cinco mais dinâmicos em cada uma delas⁸. Na Microrregião **Alto Capibaribe** cresceram mais a metalurgia, o

⁶ As atividades de ensino quase atingem esse patamar em 2010 e assim também merecem destaque.

⁷ Segundo a classificação da RAIS, envolve atividades de comércio e administração de imóveis, valores mobiliários, serviços técnicos profissionais, auxiliar de atividades econômicas e organizações internacionais e representações internacionais. No caso específico devem estar mais representadas atividades ligadas ao comércio e administração de imóveis e serviços técnicos profissionais (escritórios de contabilidade, por exemplo).

⁸ Note-se que também nesse caso os autores optaram por não apresentar as tabelas respectivas de cada microrregião para não alongar muito o texto.

comércio atacadista, a indústria têxtil/confeções, construção civil e alojamento e alimentação. Em **Araripina** destacam-se: papel e gráfica, construção civil, serviços de utilidade pública, ensino e agricultura. No **Brejo Pernambucano** merecem realce papel e gráfica, têxtil/confeções, construção civil, comércio varejista e administração técnico-profissional. Na Microrregião de **Garanhuns** cresceram mais minerais não metálicos, mecânica, comércio atacadista, administração técnico-profissional, transporte e comunicações. Em **Itaparica** salientam-se os subsetores de indústria extrativa mineral, minerais não metálicos, comércio varejista, comércio atacadista e agricultura. No **Médio Capibaribe** merecem destaque: minerais não metálicos, têxtil/confeções, comércio atacadista, transporte e comunicações e alojamento e alimentação. No **Pajeú** aparecem de forma mais destacada minerais não metálicos, mecânica, borracha fumo e couros, construção civil e transporte e comunicações. Nesse caso, de forma atípica, o subsetor administração pública cresce apenas 22% no acumulado, mas mantém o posto de maior empregador.

Em **Petrolina**, cuja base econômica já é mais diversificada, os subsetores com maior significância e maior crescimento foram: metalurgia, mecânica, serviços de utilidade pública, construção civil e comércio atacadista. Em **Salgueiro** ocorreu um *boom* na construção civil (crescimento de 2.850%, passando de 325 para 9.588 vínculos), além de crescimento significativo em metalurgia, têxtil/confeções, administração técnico-profissional e alojamento e alimentação. No **Sertão do Moxotó** cresceram mais papel e gráfica, borracha, construção civil e administração técnico-profissional⁹. No **Vale do Ipanema** tiveram mais expressão e crescimento madeira e mobiliário, alimentos e bebidas, comércio atacadista, administração técnico-profissional e ensino. No **Vale do Ipojuca** os dados indicam maior diversificação de atividades relevantes com destaque para metalurgia, mecânica, material de transporte, papel e gráfica e administração técnico-profissional.

Os dados sumariados acima indicam que os segmentos de comércio atacadista, administração técnico-profissional, metalurgia,

⁹ Nesse caso apenas 04 subsetores tiveram crescimento acima da média da microrregião.

têxtil/confecções, papel e gráfica, minerais não metálicos e mecânica apresentam-se com maior frequência entre os líderes da expansão em vínculos empregatício em pelo menos quatro das microrregiões do semiárido pernambucano. São estes os subsetores que se destacam para o agregado do semiárido pernambucano, o que indica que o crescimento dos mesmos não é localizado em uma ou em apenas algumas microrregiões. Ao lado disso, a observação de que vários subsetores destacam-se de forma mais específica em cada microrregião indica que o crescimento de vínculos é um fenômeno mais diversificado e sujeito a particularidades locais.

Uma tentativa de interpretação das tendências observadas é feita na seção seguinte.

4. CONSIDERAÇÕES CONCLUSIVAS

O panorama mostrado acima aponta para “permanências” e também para mudanças em curso. A mais óbvia “permanência” parece ser a continuidade do setor público como o grande absorvedor de mão de obra (aproximadamente 40% em 2000 e cerca de 35% dos vínculos totais em 2010), embora com intensidades diferentes nas várias microrregiões observadas e com um peso declinante. O comércio varejista cresceu em praticamente todas as microrregiões de forma significativa e até ampliou seu peso no total de vínculos (de cerca de 16% em 2000 para algo como 18% em 2010). O que poderia ter concorrido para isso?

O crescimento do setor público tem, provavelmente, a ver com o “novo”: a ampliação de serviços como saúde, educação e outros que vêm se difundindo na direção das cidades do interior. Também tem a ver com o “velho”: as “circunstâncias” políticas que levam administrações municipais a empregarem seus partidários, através de cargos de confiança e outros expedientes bastante conhecidos e de tradição secular, em atividades de baixa produtividade.¹⁰ O crescimento do comércio varejista correlaciona-se com essa renda gerada via empregos públicos, mas também com a ampliação de programas de transferências de renda tipo bolsa família e previdência

¹⁰ Ou seja, com isso ocorre pelo menos em parte a continuidade da “economia sem produção” descrita por Gomes (2001).

social para não contribuintes da mesma. O crescimento do comércio está também associado a um fenômeno maior que é a tendência à ampliação das “necessidades” de consumo, inclusive de bens duráveis, o que induz à formação de redes de comercialização mais modernas e vai aos poucos incluindo o Sertão e o Agreste nos padrões de consumo observados nos grandes centros.¹¹ Afora isso, o comércio também se beneficia da ampliação da taxa de urbanização, ou seja, com mais pessoas nos centros urbanos estas terminam consumindo mais produtos elaborados fora do setor de subsistência, que é mais próximo das populações da área rural.

Já o crescimento do comércio atacadista é também significativo, porém mais localizado, mesmo porque sua natureza é mais de crescimento nos centros onde há mais volume de comércio e nas cidades que polarizam atividades econômicas. Assim, o comércio atacadista teve maior crescimento em sete das 13 microrregiões do semiárido, nas quais localizam-se cidades com maior volume de população como Caruaru, Petrolina, Garanhuns, Santa Cruz do Capibaribe, Serra Talhada, Pesqueira, Gravatá, Buíque e mais algumas. Trata-se este de uma atividade que, em geral, tende a se manter com alguma importância nas cidades mais populosas e com maior dinamismo como Caruaru, Petrolina e Garanhuns.

Outros subespaços que continuam mostrando dinamismo são o entorno de Santa Cruz do Capibaribe, com as confecções, e de Petrolina, com a fruticultura irrigada e indústria de bebidas. Embora se defrontem com concorrentes externos, estes segmentos parecem ainda ter fôlego para continuar crescendo ao longo da atual década, até por terem por perto instituições governamentais de pesquisa e ensino que os apoiam na introdução de inovações (p.e., EMBRAPA e UNIVASF em Petrolina e UFPE e UPE em Caruaru)¹².

Note-se que os subespaços mais dinâmicos, os dois citados acima e mais alguns, têm ampliado suas taxas de urbanização e

¹¹ Para que esse consumo maior a população do semiárido vem contando com mais renda em vista do crescimento real do salário mínimo, das transferências governamentais (bolsa família, principalmente) e pelo crescimento de atividades econômicas mais específicas de cada microrregião.

¹² A saber: UNIVASF (Universidade do Vale do São Francisco); UFPE (Universidade Federal de Pernambuco); UPE (Universidade de Pernambuco).

diversificam-se desenvolvendo atividades secundárias e terciárias, seja por aproveitamento de potencialidades locais, seja por conta de políticas de incentivos fiscais e de investimentos do setor público, o que tende a gerar efeitos multiplicadores, mesmo que limitados, sobre atividades terciárias¹³.

No período examinado, alguns novos segmentos de atividades surgiram com destaque em algumas microrregiões. O mencionado *boom* da construção civil em Salgueiro provavelmente teve a ver com fatores como a construção de ferrovia Transnordestina, a instalação de novas unidades educacionais e o crescimento de atividades de alojamento e alimentação. A manutenção desse foco de dinamismo na microrregião parece depender da continuidade das obras da ferrovia, obras essas que levaram para Salgueiro segmentos do setor de material de transportes, mas também da própria operação da Transnordestina. Aliás, os investimentos do setor público também geraram alguns focos de dinamismo na construção civil em outros espaços como em Sertânia, por conta do projeto da transposição do rio São Francisco. Em Serra Talhada, também percebeu-se um maior dinamismo, tendo havido aí uma, pelo menos, mudança importante que foi a instalação de um campus da UFRPE (Universidade Federal Rural de Pernambuco), do IFPE (Instituto Federal de Pernambuco) e de estabelecimentos de alojamento e alimentação a ele associadas.

A interiorização das atividades educacionais, aliás, deve ser aqui enfatizada como parte importante do processo de desconcentração produtiva que foi aqui mencionado. Isso tem como destaques a criação da UNIVASF em Petrolina/Juazeiro, dos *campi* da UFRPE em Serra Talhada e Garanhuns, de unidades do IFPE e de outras unidades educacionais privadas em várias cidades do semiárido. Além da repercussão mais direta sobre a formação de recursos humanos, o crescimento de atividades de ensino deflagra impactos

¹³ Mais recentemente o semiárido nordestino vem atraindo um grande número de usinas eólicas e as mesmas estão também se instalando em municípios pernambucanos, o que tende a ampliar as atividades industriais e de serviços, além da geração de *royalties*, nos subespaços mais vocacionados para a atividade.

sobre atividades acessórias de alojamento e alimentação, comércio varejista, serviços pessoais e outras.

Outro movimento relevante no semiárido pernambucano é o desenvolvimento de atividades agropecuárias, notadamente de pecuária leiteira, nas microrregiões de Garanhuns, Vale do Ipanema e Vale do Ipojuca, bem como no Moxotó com destaque para a fruticultura irrigada. Essa atividade pecuária é vulnerável, como é sabido, às secas que castigam a região e exigem cuidados especiais em termos de forragens e alimentos para que o rebanho sobreviva às estiagens. Nos anos normais, o que se sabe é que essas atividades têm tido um bom desempenho e melhorias tecnológicas, o que inclusive levou para Bom Conselho, também por conta de incentivos fiscais estaduais, uma unidade de laticínios da BR Foods e tem gerado desdobramentos em unidades menores.

Note-se que o processo de urbanização em curso no semiárido de Pernambuco vem se observando com mais intensidade em alguns polos mais dinâmicos, ainda esparsos, de forma espontânea, sem que o planejamento esteja presente de forma mais decisiva, o que gera carências de infraestrutura. Essas situações podem ser encontradas em Petrolina e Caruaru e, em menor intensidade, em Garanhuns, Arcoverde, Serra Talhada e algumas outras. Mesmo em cidades menores observa-se que as migrações do rural para o urbano terminam gerando situações similares que alguns chamavam de “inchamento” das cidades e que estão a exigir uma presença mais efetiva do setor público.

Num esforço ainda preliminar de interpretação, o “fenômeno” do crescimento da “economia com produção”, e conseqüente decréscimo da “economia sem produção”, indicado pelos dados aqui reunidos, parece associar-se aos efeitos sobre a demanda local, na linha da lógica keynesiana de que a “demanda gera oferta” conforme Galvão (2012), das transferências de renda acionadas pela previdência social, programa bolsa família e pelo FPM, que têm sido “turbinados” pelo aumento do salário mínimo em termos reais. No semiárido, a base menor é mais impactada por esses acréscimos de renda que dinamizam atividades comerciais, industriais de pequeno porte e de serviços com base capitalista, ou seja, um movimento de expansão de empresas atraídas pelas expectativas de lucro.

Ao lado disso, observa-se o efeito de políticas públicas de expansão da infraestrutura econômica e social, onde se incluem instituições de ensino superior (públicas e privadas) e técnico, e de programas e projetos governamentais mais específicos como o “minha casa minha vida”, a ferrovia Transnordestina, a transposição do Rio São Francisco, a construção de adutoras, etc. Contribuem também, em menor proporção, os incentivos fiscais estaduais do Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco – PRODEPE, que atrai empresas para o semiárido oferecendo incentivos um pouco maiores para empresas que se instalem fora da Região Metropolitana do Recife.

Por outro lado, cabe aqui comentar que há resistências e desafios “severos” a serem superados para que o dinamismo maior do semiárido pernambucano seja mantido. Entre estes pode-se destacar o ainda elevado peso do setor público na manutenção da base de emprego e renda. É verdade que a limitação de recursos naturais, as secas frequentes, a limitação e irregularidade da pluviosidade mesmo em anos “normais” insistem em “atrapalhar os planos” de sertanejos e agrestinos, mas há que se intensificar a busca de alternativas econômicas menos vulneráveis às secas e menos dependentes de transferências governamentais e de empregos públicos de baixa produtividade. Isso em atividades urbanas, de preferência, para haver menor dependência do regime hídrico.

Um desafio mais difícil, talvez, de ser enfrentado é a existência de vários municípios com população rural ainda elevada, em localização mais difusa e mais frágil diante das secas, o que torna mais complicado o atendimento dessa população através de políticas de educação, de melhor formação de recursos humanos, e exige mais da infraestrutura em geral.

Na verdade o desafio é mais amplo: exige melhor nível de gestão dos recursos, políticas mais eficazes e melhor implementadas, instituições renovadas, capacidade de organização e de negociação de atores locais e do setor público.

REFERÊNCIAS

CONDEPE/FIDEM. **Pernambuco: Realidade e Desafios.** 2009. Disponível em <http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepe-fidem/publicacoes> (Acesso em 24/01/2014)

FROTA, Isabela L. N, **Aspectos recentes da evolução da economia pernambucana e seus impactos no crescimento do Estado.** Recife: PIMES/UFPE, Tese de Doutorado, 2013.

GALVÃO, O. A. A economia de Pernambuco: da longa estagnação a um novo ciclo de crescimento sustentado. In **Anais do I Encontro Pernambucano de Economia**, Recife: PIMES/CORECON, 2012.

GOMES, G. M. **Velhas Secas em Novos Sertões.** Brasília: IPEA , 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.gov.br. Acesso em 18/02/2014.

LIMA, J. Policarpo; PADILHA, M. F. G.; CAVALCANTE FILHO, P. F. **Economias de Pernambuco e da Paraíba: visão estratégica do desenvolvimento recente.** Brasília: CGEE, Nota Técnica, 2006.

LIMA, J. Policarpo; KATZ, Frederico. A Economia de Pernambuco: Perda de Dinamismo e a Necessidade de Buscar Caminhos Possíveis. In **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, V.9 N. 1, janeiro-junho, 1993.

LIMA, J. Policarpo; SICSÚ, Abraham B.; PADILHA, M. Fernanda G. Economia de Pernambuco: Transformações Recentes e Perspectivas no Contexto Regional Globalizado, **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, nº 4, out-dez. 2007.